LEI Nº 1.138, DE 10 DE JULHO DE 1996
DODF DE 11.07.1996
(REVOGADA - [Lei nº 2.415, de 06 de julho de 1999](#))

Dispõe sobre a concessão de Licença para o desempenho de mandato em confederação, central sindical, federação ou sindicato a servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

~~Art. 1º Fica assegurado ao servidor ocupante de cargo efetivo da administração direta autárquica e fundacional do Distrito Federal o direito à licença para o desempenho de mandato em confederação, central sindical, federação ou sindicato representativo da categoria profissional com a remuneração do cargo efetivo.~~

Art. 1º Fica assegurado ao servidor ocupante de cargo efetivo da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal o direito à licença para o desempenho de mandato em confederação, central sindical, federação, sindicato representativo de categoria profissional, entidade ou órgão fiscalizador do exercício da profissão e associações de servidores civis ou militares, inclusive as técnico-científicas, com a remuneração do cargo efetivo.

(ALTERADO - [Lei nº 2.226, de 31 de dezembro de 1998](#))

-

~~§ 1º Considera-se para fins desta Lei como representação de categoria profissional a ocupação de cargo pelo servidor nas respectivas carreiras.~~

~~§ 2º O servidor ocupante de cargo em comissão ou equivalente que for liberado para o desempenho de mandato será exonerado do respectivo cargo em comissão.~~

Parágrafo único. A concessão do direito à licença para o desempenho em associação de servidores civis ou militares, inclusive técnico-científicas, obedecerá ao disposto na [Lei nº 1.679](#), de 24 de setembro de 1997, que "dispõe sobre a concessão de licença para desempenho de mandato em associação, clube, federação e confederação a servidores civis e militares da administração direta, indireta, autárquica, fundacional e empresas públicas do Distrito Federal e dá outras providências

(ALTERADO - [Lei nº 2.226, de 31 de dezembro de 1998](#))

Art. 2º A licença prevista nesta Lei será considerada como efetivo exercício, exceto para de promoção por merecimento.

Art. 3º Para o desempenho de mandato em confederação, federação ou central sindical, liberados até três servidores, por entidade.

~~Art. 4º Para o desempenho de mandato em sindicatos representativos de categoria profissional serão liberados até sete servidores por entidade.~~

Art. 4º Para o desempenho de mandato em sindicato representativo de categoria profissional, entidade ou órgão fiscalizador do exercício da profissão mencionados no art. 1º, serão liberados até sete servidores por entidade.

(ALTERADO - [Lei nº 2.226, de 31 de dezembro de 1998](#))

Art. 5º Será concedida, na forma a que tem direito, a liberação para o desempenho de mandato classista mediante ressarcimento pelas entidades, até o dobro do número de servidores estabelecido nos arts. 3º e 4º.

Art. 6º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição conforme dispuser o estatuto da entidade.

Art. 7º O Governador do Distrito Federal baixará, no prazo de trinta dias, os atos necessários à regulamentação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga-se o Decreto nº 16.308, de 6 de fevereiro de 1995, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1996
108º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE